



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Nona Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de abril de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Afonso Lopes da Silva para proferir o seguinte texto: Primeiro Livro das Crônicas – Capítulo 28, versículos 6 ao 10: “Ele me disse: ‘É teu filho Salomão que construirá minha casa e meus átrios, pois eu o escolhi como filho e serei para ele um pai. Consolidarei seu reino para sempre, se ele continuar a cumprir fielmente, como faz hoje, meus mandamentos e minhas normas’. E agora, ante os olhos de todo o Israel, a assembleia do Senhor, diante de nosso Deus que nos ouve, guardai e observai todos os mandamentos do Senhor, vosso Deus, a fim de possuídes esta boa terra e a transmitirdes depois de vós para sempre como herança a vossos filhos. E tu, Salomão, meu filho, reconhece o Deus de teu pai e serve-o de todo o coração, com ânimo disposto, pois o Senhor sonda todos os corações e penetra todos os desígnios do pensamento. Se o procurares, ele se deixará encontrar por ti, mas se o abandonares, ele te rejeitará para sempre. Considera, pois, que o Senhor te escolheu para lhe construíres uma casa para santuário. Sê forte e mãos à obra!’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Executivo Municipal, do Projeto, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 033/2017, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para firmar parcelamento de débitos junto à Companhia Jaguari de Energia; 2. Ofício DER nº 037/2017, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que substitui o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 279/2016, que dispõe sobre o salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão; 3. Ofício DER nº 038/2017, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que substitui os anexos que especifica da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, depois de lidos, foram os mesmos encaminhados para as Comissões permanentes, para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 0211/2017, dando resposta ao Requerimento nº 008/2017 do Sr. David Hilário Neto, solicitando informações que especifica sobre o PROUNI Municipal (forma de pontuação, entrega de documentação não contida no edital, Secretaria responsável pelo PROUNI, entre outras questões); 5. Ofício SEGOV nº 0260/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 068/2017 do Sr. David Hilário Neto solicitando informações sobre a possibilidade de colocar caçambas/lixeiros na Rua Pedro Lana nº 51, no Bairro Vargeão; 6. Ofício SEGOV nº 0261/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 069/2017 do Sr. David Hilário Neto solicitando informações sobre a viabilidade de colocar uma lombada na rua Maranhão, na altura que antecede o cruzamento com a rua Pedro Silveira Martins; 7. Ofício SEGOV nº 0262/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 070/2017 da Sra. Cássia Murer Montagner, solicitando esclarecimentos do motivo pelo qual existe uma obra não concluída da Prefeitura na Praça 7 de Setembro ao lado da Igreja Santo Expedito; 8. Ofício SEGOV nº 0263/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 071/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações sobre a reativação do Conselho Municipal de Esportes e a criação do Fundo Municipal de Esportes na cidade de Jaguariúna; 9. Ofício SEGOV nº 0264/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 072/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Camargo solicitando informações sobre elaboração de Projeto de Lei para isenção de IPTU para proprietários de bens inventariados e tombados; 10. Ofício SEGOV nº 0265/2017, acusando o recebimento do Requerimento nº 073/2017 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações se existe a possibilidade da construção de um ponto de ônibus na Avenida Marginal sentido centro; 11. Ofício SEGOV nº 0266/2017, acusando o recebimento das seguintes Indicações nºs. 131, 132, 133 e 134/2017, do Sr. Afonso Lopes da Silva; 129, e 130/2017 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 146 e 147/2017 Ângelo Roberto Torres; 137, 138 e 139/2017 do Sr. Cristiano José Cecon; 118, 119, 120, 122, 123 e 124/2017 da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana; 121, 135 e 136/2017 do Sr. José Muniz; 115, 116, 117/2017 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 140, 141, 142, 143, 144, 145/2017 da Sra. Taís Camellini Esteves; 125, 126, 127 e 128/2017 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Projeto de Lei dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, José Muniz e Luiz Carlos de Campos que dispõe sobre alteração do artigo 1º da Lei nº 2.179 de 10 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Requerimentos: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar se existe a possibilidade de fazer a faixa de pedestre defronte ao Loteamento São Pedro, na Avenida Maranhão, Bairro São Pedro; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar como se dá a aplicação da Lei Municipal nº 2064/2011, que dispõe sobre o tempo de atendimento do usuário em agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito e se há um relatório com a quantidade de denúncias desde a data em que entrou em vigor; 3. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar se existe possibilidade da Prefeitura Municipal construir ainda em 2017, a calçada (nos moldes do parque linear) para trânsito de pedestres na praça Emílio Marconato, na extensão desde a Avenida Vincenzo Granguelli, no bairro João Aldo Nassif, até o final do Distrito industrial; 4. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, informar sobre a previsão no aumento do efetivo de funcionários concursados na Polícia Civil de Jaguariúna; 5. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa de Leis a possibilidade de doação de terreno para construção de canil apropriado para abrigar e acolher a ONG Xodó de Bicho; 6. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal informar sobre o motivo da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mudança de local da Biblioteca Municipal, que agora estará localizada na Estação de Guedes; 7. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar sobre excesso dos valores cobrados nas contas de água e esgoto dos moradores dos Condomínios Jaguariúna I e II, entre outras questões; 8. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a atual situação das Associações de Moradores de Bairro; 9. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a possibilidade de criação de um espaço na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social para o funcionamento do SEBRAE. Indicações: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal reparos e limpeza dos bueiros do Br. Roseira de Cima, em especial na Rua Macieira, próximo ao nº 168, que está com a grade estourada; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal recapeamento da Rua Amoreira no Br. Roseira de Cima; 3. Do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal para que elabore projeto de lei referente à Educação para o Trânsito, envolvendo crianças, jovens e adultos; 4. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal estudo para que seja criado um grupo de amparo jurídico (para ocorrências em serviço) gratuito, em auxílio aos Policiais de Jaguariúna, Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil; 5. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal a possível interferência do mesmo junto à Faculdade de Jaguariúna – FAJ, para que seja dado apoio de veterinários nos auxílios aos atendimentos da ONG Xodó de Bicho; 6. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a poda do mato e de algumas árvores na Avenida Capitão Ulisses Massoti, próximo ao SOS Cidadão; 7. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita a poda do mato na Escola Maria Tereza Piva, no Br. Nova Jaguariúna; 8. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos e troca das lâmpadas queimadas na rotatória da Avenida Antártica, próximo ao Cemitério Municipal; 9. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita manutenção de placas com os nomes das ruas no Bairro São José; 10. Da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos, na Rua Eny Ponce Villela Lima, no Br. Cruzeiro do Sul; 11. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabelereira solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita limpeza das



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

calçadas localizadas na Rua Osvaldo Vicentini, especialmente na estrada que liga o Bairro Silvio Rinaldi à Vila São José; 12. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal a limpeza das Praças do Bairro Floresta, assim como do campo do Bairro Santo Antonio do Jardim; 13. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal a construção de Posto de Saúde (UBS) no Bairro Santo Antonio do Jardim. A seguir, foram lidas as seguintes Moções: 1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos de Congratulações e Louvor a toda equipe organizadora da 18ª Caminhada Ecológica Amigos do Salvador, realizada no dia 14 de abril de 2017; 2. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Congratulações e Louvor às Paróquias da cidade pela realização da Semana Santa. O Sr. Presidente registrou, naquela sessão, a presença dos Vereadores de Santo Antonio de Posse, Guilherme Ferreira e Ana Brandão, e que em nome de todos os Vereadores parabenizou o novo comandante, Sargento da Guarda Municipal, da PM, pediu desculpas, Sargento Cavalcante, de Jaguariúna; registrou, também, a presença da Secretária de Educação, Cristina Pinto Catão, da Secretaria Maria Emília, Nenê, Secretário de Governo, Valdir Parisi, quatro vezes Vereador, ex Presidente da Casa, estendeu, também, seus cumprimentos à Guarda Municipal que estava sempre os prestigiando, e disse que se ele tivesse se esquecido de alguém, ele ia olhando, durante a sessão, e ia falando, e citou, ainda, o comandante da Guarda Municipal, o Sargento Renato. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: pela ordem, o Sr. Presidente apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposituras acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposituras; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposituras, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar se existe a possibilidade de fazer a faixa de pedestre defronte ao Loteamento São Pedro, na Avenida Maranhão, Bairro São Pedro, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres –



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar como se dá a aplicação da Lei Municipal nº 2064/2011, que dispõe sobre o tempo de atendimento do usuário em agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito e se há um relatório com a quantidade de denúncias desde a data em que entrou em vigor, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal informar se existe possibilidade da Prefeitura Municipal construir ainda em 2017, a calçada (nos moldes do parque linear) para trânsito de pedestres na praça Emílio Marconato, na extensão desde a Avenida Vicenzo Granguelli, no bairro João Aldo Nassif, até o final do Distrito industrial, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Cristiano José Cecon solicitando à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, informar sobre a previsão no aumento do efetivo de funcionários concursados na Polícia Civil de Jaguariúna, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar a esta Casa de Leis a possibilidade de doação de terreno para construção de canil apropriado para abrigar e acolher a ONG Xodó de Bicho, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento da Sra. Tais Camellini Esteves – Tais da Água solicitando ao Executivo Municipal informar sobre o motivo da mudança de local da Biblioteca Municipal, que agora estará localizada na Estação de Guedes, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal informar sobre excesso dos valores cobrados nas contas de água e esgoto dos moradores dos Condomínios Jaguariúna I e II, entre outras questões, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a atual situação das Associações de Moradores de Bairro, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. Afonso Lopes da Silva – Silva solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a possibilidade de criação de um espaço na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social para o funcionamento do SEBRAE, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. Luiz Carlos de Campos de Congratulações e Louvor a toda equipe organizadora da 18ª Caminhada Ecológica Amigos do Salvador, realizada no dia 14 de abril de 2017, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção do Sr.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Walter Luís Tozzi de Camargo de Congratulações e Louvor às Paróquias da cidade pela realização da Semana Santa, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por sete minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos, dizendo ali de agradecer à Secretária de Educação do Município, Cristina Catão, que, naquele dia estiveram juntos tomando um café, fazendo uma visita, a elogiou pelo excelente trabalho que vinha sendo feito na Secretaria da Educação, e que, naquele dia, eles puderam acompanhar junto com o David, com o Vereador Neguita Torres, a Inalda, a Vereadora não pôde ir, mas pediu que sua Assessora estivesse lá junto com eles, e disse que era um belíssimo trabalho e a parabenizou mesmo; disse que era aquilo no momento, agradeceu a presença da população presente na Casa, naquele dia, os Vereadores de Santo Antonio de Posse, ali presentes, agradeceu pela presença, e desejou boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Taís Camellini Esteves, Walter Luís Tozzi de Camargo e Afonso Lopes da Silva, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, em especial ao ex Colega Valdir, Secretário de Governo, à Nenê, agradeceu ali a presença da Cristina, Secretária de Educação, e pediu desculpas por não ter comparecido à reunião que houve na Secretaria, mas achava que tinha sido muito bem representado pelos nobres Pares, e tinha certeza que ela faria, à frente da Secretaria, um grande trabalho e desejou sucesso; a seguir disse que gostaria de aproveitar um requerimento, uma indicação que foi solicitada ali pela nobre Vereadora Taís, e disse também de sua preocupação, que na semana anterior, eles observaram que a Biblioteca Municipal mudou de local, indo, à princípio, precariamente, para a Estação de Guedes, foi dito na Imprensa Oficial, e o motivo maior foi a redução de custos; disse que achava uma judiação o que aconteceu, e que, se realmente, tinha sido o preponderante para que isso mudasse, não deveria acontecer, porque lá era um prédio histórico, que tinha que ter o apelo do Governo para que aquilo lá fosse conservado, porque eles sabiam que se o Governo não estivesse lá presente, aquele prédio iria estar fadado a, devagarzinho, se ninguém o assumisse, em breve, e deveria, sim, ir lá abrigar a Biblioteca, como abrigou há muito tempo, e estava muito bem instalada lá, e que ele sabia, que algumas pessoas o procuraram, que foram procurar a Biblioteca, naquela semana e estava fechada, e foram falar que estava em Guedes; disse que a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

locomoção até o local já era difícil, e que todo mundo sabia das dificuldades de transporte até o local, e, na Imprensa Oficial também foi divulgado, que o acervo era algo em torno de sete mil livros, e até onde ele sabia estava para mais de trinta mil livros, não tinha só sete mil livros no acervo, e que achava que precisavam buscar essa informação para saber o que aconteceu com aquele acervo, porque até onde ele sabia havia-se mais de trinta mil livros, e o prédio lá era muito agradável, o custo para se ter... e eles estavam vendo por aí, todo mundo hoje tinha acesso à Internet, enfim, poucos procuravam um local de leitura, e a Biblioteca tinha tudo de bom para fazer com que as pessoas se sentissem melhor para poder fazer uma leitura; disse que infelizmente foi lotada para aquele local, precariamente, porque estavam procurando local no centro para tentar abrigá-la melhor, estava do lado de uma ferrovia, que fazia um barulho danado, e para quem não sabia, ainda passava trem no local, e que ele deixava ali sua indignação com relação à mudança abrupta, rápida, por um simples motivo, que foi recurso; disse que eles não estavam a esse ponto, muito se falava da dívida do Município, mas não estavam nesse ponto de quatorze mil reais ser o divisor para a Biblioteca Municipal sair do local; disse que era um prédio histórico, que abrigava muito bem a Biblioteca, e que estava ali sua indignação, e esperava que eles pudessem voltar a conversar sobre o assunto, saber onde ela poderia ser instalada, e clamar para o Executivo que analisasse, realmente, o prédio, o local, para que voltasse a abrigar a Biblioteca; disse, ainda, de aproveitar, e sabia que eles tiveram uma discussão ali interna, e sabia que os servidores estavam ali, o Sindicato dos Servidores estava ali, e que tinha entrado, naquele dia, o aumento, dos servidores e o que ele gostaria de sugerir era que eles tivessem um pouquinho mais de tempo para aprovar aquele projeto; disse que se estava ventilando deles votarem aquele projeto, naquele dia, na sua concepção não deveriam votar, uma que aquela Casa era um momento de discussão, o momento da discussão de qualquer projeto era na Casa, e que se esgotou o prazo com o Executivo, achava que tinha tido várias reuniões, mas a Casa tinha que ouvir o clamor dos funcionários, e era o mínimo que eles podiam fazer, e que estavam tentando um argumento de votar em regime de urgência, podia-se ser feito isso, mas não num projeto de lei complementar, e que Lei Complementar eram duas votações, e que não cabia regime de urgência para duas votações, e, independente do regime de urgências, eles teriam que votar duas vezes, votar uma naquela hora e depois numa sessão extraordinária; pediu, então, que eles utilizassem do espaço que a Câmara tinha, o projeto deu entrada, para ouvir os Secretários, e que a Bancada do PTB já



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tinha fincado bandeira a respeito desse assunto e que eles não iam interferir naquilo que o Executivo mandou, mas eles queriam que a discussão acontecesse para que, realmente, eles tivessem espaço para poder explanar e conversar com os servidores, para ver se, realmente, aquilo que foi proposto era o condizente, em virtude das dificuldades financeiras, em virtude daquilo que estava se propondo para o ano que estava vindo; disse que esperava que a Casa pudesse fazer desse momento, um momento de discussão e que era isso que ela propunha neste momento, porque se eles votassem em urgência, o projeto acabou de entrar, eles não leram, e que ele nem sabia a proposta, e que por isso pedia o bom senso a todos, que pudessem discutir isso daí na próxima sessão ordinária; agradeceu a todos, desejando boa noite; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres, que a passou; tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou aos Colegas, aos Colegas da Mesa, ao Sr. Presidente, às funcionárias que sempre faziam aquele brilhante trabalho de apoio, e cumprimentou a todos os presentes, em especial, à Secretária de Educação, a Cristina, e pediu desculpas de não ter podido estar presente, mas o relato que a Maria Tereza, assessora dela, fez, exclamou, e parabenizou à Cristina pela transparência, pelo trabalho e pela transparência, porque achava que era assim mesmo que se construía, estava fazendo, estava mostrando, inclusive as dificuldades, disse à Cristina, porque não era fácil, e que era muito importante que as pessoas fossem parceiras nesse momento e entendessem como era difícil, e para isso tinha que ter transparência, e a parabenizou mesmo; disse, ainda, que ela era Vereadora de primeira viagem e estava aprendendo junto com alguns companheiros ali, e ela aprendeu que o requerimento era o caminho que se exigia que o Executivo devolvesse uma resposta para eles e que algumas questões ela vinha fazendo através de requerimento, e uma das questões foi aquela obra inacabada naquela praça perto da Igreja Santo Expedido e quem pudesse passar por lá, realmente, era uma situação grave, era um buraco que vinha aumentando, colocando em risco as pessoas, e a própria obra e, ainda, o risco ambiental, porque assoreava o lago que tinha lá embaixo, e que, naquele dia, ela teve uma ótima notícia, com o diretor Vanderlei e com o diretor Lucas, foi muito bem recebida por eles, e eles lhe devolveram pessoalmente, a resposta para esse requerimento, e eles lhe garantiram, confirmou com Vanderlei presente na Casa, que até aquele final de semana que, inclusive, tinha festa lá, e que achava que estava todo mundo convidado, que tinha festa lá naquele final de semana, e que a área iria estar cercada, para que, pelo menos a segurança das pessoas estivesse garantida, e até



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o mês que viria, era garantia dos diretores, que a obra iria estar aterrada e aquele problema, então, realmente, resolvido; agradeceu, iria acompanhar e fazia votos que isso, realmente, acontecesse naquele belo trabalho; agradeceu e desejou boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, agradecendo a presença de todos, dizendo que naquele dia queria destacar alguns grupos, primeiro o Sargento Cavalcante, que estava assumindo o comando da Polícia Militar em Jaguariúna, que ele fosse bem vindo, que Deus protegesse as suas mãos nesse trabalho tão árduo, e os servidores municipais que naquele dia se faziam presentes na Casa, e que também era uma preocupação para eles que tudo ocorresse com êxito, e claro a todos, mas queria destacar esses dois, o Sargento e os Servidores Municipais; a seguir disse que tinha feito algumas indicações e requerimentos, mas ele iria falar um pouco sobre a resposta da Metrôpolis, da empresa de ônibus, até depois queria passar isso para o Neguita, das Comissões, para a Taís, e que eles tinham jogado o problema para eles, Vereadores, e repetiu que eles jogaram o problema para eles de tudo o que acontecia com relação aos problemas com ônibus, tanto para Campinas, tanto para fora de Jaguariúna, como dentro da cidade, e que eles mandaram duas respostas de vários pedidos que eles fizeram, primeiro para Pedreira, porque as pessoas reclamavam que os horários eram poucos para Pedreira, e eles mandaram a resposta que tinha vinte e um durante todo o dia, vinte e uma partidas de Jaguariúna para Pedreira e vinte e uma de Pedreira para cá, e que ele achava que se corresse do jeito que estava ali não teria reclamações; e, sobre o Jaguariúna Um e Dois, também, que ele pediu o aumento dos horários de ônibus, eles fizeram um resumo que o problema de transporte em Jaguariúna, não era eles, não era com eles, o problema jogaram para eles, Vereadores, para que eles cobrassem da municipalidade o combate ao transporte clandestino, que eles diziam que eles estavam sendo de forma impiedosa, acabando com a empresa; disse, entre outras coisas de uma história que aquela empresa tinha, negativa, de todos esses anos, eles iriam usar nesse fator para jogar o problema para eles, e que ele achava que eles deviam, o quanto antes, essa Comissão, trazer as pessoas interessadas, os munícipes, o Neguita, ele tinha repetido, com bastante experiência, a Presidente de Transporte, e que eles pudessem ter ideias de como resolver aquele problema, e que estava chegando a metade do ano, e ele não tinha conseguido dar uma resposta para ninguém, ainda, e que isso estava lhe incomodando, e jurava para todos, que isso estava lhe incomodando e que sabia que era uma coisa de anos, uma coisa bem difícil, só que uma resposta dessa, era jogar o problema no



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vento, era dizer que sempre foram perfeitos, e pediu por favor, porque ele estava bem motivado com esse grupo e que achava o trabalho do PTB auxiliando bem nas ideias, principalmente, nas reuniões das Comissões, e que ele gostava bastante da interatividade dos senhores Vereadores e que ele tinha esperança que até pelo menos na metade do ano, eles conseguissem dar uma resposta para a população, positiva, onde vissem resultados nesse quesito de transporte; agradeceu a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, em especial à Cristiana e a parabenizou pelo trabalho, e que naquele dia puderam acompanhar como estava sendo bem executado aquele início, e, com bastante transparência; Nenê, Valdir Parisi, todos os Secretários ali presentes; disse que, como tinha mencionado o Fred em sua fala, a Biblioteca estava sendo, realmente, e foi uma grande surpresa para eles, pois não estavam esperando essa mudança repentina e da forma que estava sendo, e que os próprios funcionários de lá estavam sem estrutura para transportar esses livros, a forma que isto estava sendo feita, foi meio que de surpresa, aconteceu, “vamos carregar os livros e levar pro Guedes”; disse que, num primeiro momento ouviu que iriam dividir a Biblioteca em três, iria ser três pontos na cidade, e na noite seguinte, a Biblioteca iria pro Guedes, e da forma que só Deus sabia como, e que falavam que perdia livros diariamente, que a biblioteca tinha perdido muitos livros, mas se continuasse da forma que estava a Biblioteca iria acabar morrendo; disse acreditar que o Poder Público poderia olhar com mais carinho, porque ali tinha muita história, precisavam incentivar a leitura e não acabar com espaços com grande importância como esse; disse que foi dito que era por motivo de economia, aí o que lhe trazia na tribuna, era que tinha uma lei, dois cento e cinquenta e dois de dois mil e treze, dessa Casa, que falava que todo próprio público do Município tinha que ser pintado das cores da bandeira do Município, e que foi feita essa lei justamente para não ficar essa mudança de gestão a cada ano e a cada ano ser uma pintura diferente, e a população ter que pagar a conta; disse que todos sabiam que a Casa do Adolescente foi inaugurada em dois mil e quatorze pra quinze, e foi feita uma pintura lá, recente, a pintura estava boa e a Secretaria de Cultura resolveu pintar lá, novamente, pintou totalmente colorido, e teria que ser repintado, porque a legislação era muito clara em cima disso, as cores da bandeira não tinha vermelho, e tinha várias cores lá que não podia, tinha que seguir um padrão; disse que aquela lei não estava sendo cumprida, e achava que eles, como Vereadores, tinham que cobrar isso porque se começasse dessa forma, iria começar a pintar a cidade totalmente, novamente, não seguindo a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

legislação e que ficava aquela informação, e que achava até legal levar isso para o Governo e conseguir voltar aqueles dois prédios à cor, realmente, que deveria ser, e eles prezarem para que não acontecesse isso em outros próprios públicos; a seguir, fez comentários sobre o servidor, dizendo que tinha chegado um grande boato que seria votado naquele dia, na Câmara, e que estavam vendo que, realmente, se concretizando a votação para ser naquele dia, e também não achava que era um momento adequado, e achava que a Câmara Municipal não escutou o servidor público, chegou na Casa no dia anterior ou naquele dia o projeto e o servidor não pôde se expor, o que, realmente, eles podiam fazer, e que eles podiam votar, eles não podiam aumentar e nem diminuir, nem colocar nenhuma medida que gerasse custo para o munícipe; disse que o maior objetivo deles era poder ouvir e se sentar com o Executivo, porque eles não tiveram aquela conversa, aquela questão para poder discutir aqueles parâmetros com o Executivo; disse de avisar à população que Jaguariúna estava em crise, sim, mas foi a cidade que teve vinte e cinco por cento de ICMS, e que foi uma das maiores cidades da Região Metropolitana de Campinas e de onde vinha a maior Receita do Município era de ICM, e eles iam, aumentaram em vinte e cinco por cento os impostos, graças a Deus, era um belíssimo trabalho; disse que outra questão que estava sendo discutida bastante na cidade, bastante requerimento na Câmara, era sobre os buracos da cidade; falou que entendia a demanda, muita chuva, sabiam que um processo licitatório era demorado, não era tão simples, e o que o espantou foi que, acompanhando os editais dos jornais, teve uma publicação dessa licitação, feita há algum tempo atrás, essa licitação foi cancelada, e que ele não sabia por qual motivo, e que a Casa não teve acesso, e foi feita uma nova licitação para esse material, que era um valor muito alto, inclusive, e que essa licitação feita, só que poderia ter feito os prazos mínimos que tal licitação exigia, por exemplo, o prazo mínimo para apresentação de uma proposta eram oito dias, e aquele edital pedia quinze, e que foram situações como essas e por isso que estavam recebendo tanta demanda, tanta reclamação, não sabia se tinha sido falha de alguém, o que aconteceu, sabia que não podiam deixar acontecer, porque iria ser na segunda feira, se não se enganava, o pregão, novamente, e se alguma empresa recorresse, iria ser mais um longo prazo, e que isso poderia acabar na próxima semana, como podia durar mais um mês, e que ele achava bom eles, Vereadores, estarem atentos a isso também, para não deixar prorrogar ainda mais esse prazo, e que sabia que não era da alçada deles, mas como o pregão era uma lei de licitação pública, achava que todos podiam estar presentes e acompanhar de perto, não que estivesse nada errado, ninguém



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava apontando para ninguém, só que eles poderiam agilizar um pouco mais esse processo, devido aos buracos da cidade; disse que eram várias reclamações de carros quebrados, pneus furados, rasgados, infelizmente, a responsabilidade era do Município, e que eram muitos protocolos sendo feitos, e várias ações que podiam ser geradas, por isso eles tinham sempre que abrir os olhos em cima de tudo isso; agradeceu, dizendo que tinha certeza que a bancada do PTB iria lutar pela inflação, no mínimo fosse respeitada a inflação, e que estavam juntos com os servidores, e muito agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomaria a palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana, que a passou; tomou a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos, dizendo que queria ali falar, também, o nome da Secretária Cristina Serra, e que ele tinha se esquecido, e pediu desculpas, e que se fazia presente na Sessão; disse que queria pegar o gancho do Vereador Fred, da Taís, em relação à Biblioteca, e que, realmente, ele teve bastante questionamento nas redes sociais, ficou um pouco fora de mão, no Guedes, para o pessoal se deslocar, principalmente, estudante, e que dependia de pagar duas conduções, e acabava que onerando um pouco, mas queria, também, transmitir um recado da Secretária Maria Emilia, Nenê, que acabou de lhe passar que seria em caráter provisório, e que já estavam correndo atrás de conseguir outro prédio no centro e, segundo ela, quando chovia estava molhando muito dentro da biblioteca, estragando alguns livros, e que tinha certeza que, em breve, seria resolvido esse problema, para melhorar a mobilidade; disse que sabiam que lá ficou um pouco longe; disse que a Secretária Graça fazia um excelente trabalho, já tinha feito em outra gestão anterior, sabiam que ela era competente, e com certeza, dentro do menor prazo possível, estaria sanando aquele problema; aproveitou, ainda, a fala da Vereadora Cássia, e queria parabenizar, também, a toda as Secretarias, em especial à Secretaria da Educação, e que achava que a Cristina Catão, achava que era sabido por todos, vinha sendo um dos destaques frente às Secretarias, estava super acessível, tinha certeza que todos os Vereadores eram bem atendidos por ela, não tinha problema de ligar e não atender, de mandar whatsapp e ela não responder, e que ele achava que o trabalho era esse, a eleição passou, esquecia-se os partidos, e que eles trabalhavam pela população, e que era isso que ele esperava, e a população esperava isso de seus representantes; assim, parabenizou a todos os Secretários, em especial, à Cristina Catão, e que achava que o pessoal gostava muito de criticar, mas eles também tinham que ser humildes e reconhecer o que era bom e o que estava funcionando e o que estava dando certo, e que ele era humildade naquele ponto



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de reconhecer; agradeceu a todos mais uma vez. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Segunda Discussão foi apreciada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001 de 2017, de iniciativa do Executivo Municipal, que acresce o art. 99 – A na Lei Orgânica do Município, a fim de fixar prazo para a lei de diretrizes orçamentárias no primeiro ano de mandato do Prefeito. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art.50, § 2º, III do R.I.). Com emenda já aprovada. Em Discussão e votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade de votos. A seguir, dos Srs. Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para firmar parcelamento de débitos junto à Companhia Jaguari de Energia, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 033/2017, fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por onze votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Luiz Carlos de Campos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Projeto de Lei nº 021/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para firmar parcelamento de débitos junto à Companhia Jaguari de Energia, e a seguir, do parecer do relator especial designado; a seguir, do Sr. Romilson Nascimento Silva foi apresentada a seguinte emenda substitutiva: “O Parágrafo Único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 021/2017, passa a vigor com a seguinte redação: ‘Art. 1º - Omissis Parágrafo único. O valor principal do parcelamento poderá ser efetuado em até 12 (doze) vezes, sem a incidência de quaisquer juros de mora, multa e correção



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

monetária.”” A seguir, em discussão, a Emenda, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que disse que queria justificar a Emenda de sua autoria e que ele achava que já ficava claro na justificativa, que o Município tinha uma dívida de mais de setenta e cinco milhões e que ele achava que chegava no meio termo, bom para os dois lados, tanto para a CPFL quanto para a Prefeitura, e que achava que ficava muito oneroso para o Município ter ainda que arcar com juros, multas e correção monetária, e, pensando na população, esse dinheiro que ia voltar para os cofres e investir na população e que queria contar com o apoio dos nobres Pares para apoiarem tal emenda; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que, em que pesasse a preocupação do Sr. Presidente, até onde ele sabia, essa solicitação para o parcelamento em até doze vezes era para que se pudesse fazer esse acordo com a Companhia, e, conseqüentemente, pagar em doze vezes aquilo que já estava atrasado; disse que se o Município quisesse e pudesse poderia ter pago a conta que estava em mãos do Executivo e, conseqüentemente, viria como acontecia com eles nas contas futuras, juros e correções, disse que o que lhe preocupava era fazer aquela emenda e prejudicar a negociação e o projeto vir a não ter êxito, e que ele não sabia se tinha sido um parágrafo à parte, ou estava substituindo o parágrafo existente no projeto, porque o Prefeito poderia vetar isso daí, pois como era matéria orçamentária, o Prefeito podia vetar, e que se não tivesse jeito de vetar, e não haver o acordo em parcelar essa dívida em até doze vezes sem juros, não iria parcelar, ou iria pagar aquela conta que estava lá, que eram quatro contas, que foi dito no ofício, pagava-se uma, vinham os juros e correções na próxima fatura, mas eram quatro, viria nas próximas, então, disse que pensava que eles tinham que se preocupar, e que iria dar sua opinião, iria votar contra essa emenda, e que achava que o Poder Executivo tinha todos os pré requisitos para discutir essa dívida junto à Companhia, e fazer o que era melhor para o Município, se conseguisse parcelar até em doze vezes já era bom para o caixa da Prefeitura, mas que ele pensava que tirar juros e correção, a Companhia não iria fazer isso, tinha certeza disso, mesmo porque na conta deles se pagava seis ou oito reais, que era a iluminação pública, e que a parte deles estavam fazendo, e cabia ao Poder Público passar o recurso à Empresa, e que ele pensava que seria prudente da parte deles votar contra àquela emenda, e que podia ser que prejudicasse o projeto, e que seu voto era contra a emenda e favorável ao projeto; a seguir, o Sr. Romilson Nascimento Silva, autor da emenda, disse ao Vereador Fred que ele entendia a preocupação do mesmo, mas como ele tinha falado e estando em época de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vacas magras, vinha uma crise, achava que estava de bom tamanho para a CPFL e também para a Prefeitura esse valor de seiscentos e oitenta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos, falava ali no projeto e seria “acrescido de juros de mora e multa e correção monetária e poderá ser parcelado em até doze vezes”, e que não estava nem dizendo que iria ser parcelado, dizia “poderá ser parcelado”; disse que achava que dava, sim, opinião dele, dava, sim, para isentar dessa dívida os juros e a mora, e que era sua opinião, achava que dava, o momento que atravessavam, o Município estava com sérias dificuldades e achava que reverteria em favor da população e que era sua opinião, e por isso pedia mais uma vez o apoio dos Pares na aprovação da Emenda; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse a todos os presentes que ele gostaria de saber, e que o Silva era o relator especial desse projeto de lei, e que ele gostaria de ouvir a opinião dele, porque ele, Luiz Carlos, acreditava, como o Fred tinha exposto ali, achava que a Prefeitura já tinha conversado com a Companhia Jaguari em relação a isso, e o que ele tinha falado lá, e que ele, Luiz Carlos, votou contra a urgência especial era porque, na realidade ele nem tinha visto o projeto, e que ele só olhava na pauta e que ficava difícil para eles estarem votando um projeto, assim em urgência, sem ter estudado aquele projeto e que ele votou contra por causa disso, a urgência especial, mas achava que seria interessante, e se foi alteado o artigo do projeto, e como o Fred tinha dito, cabia ao Executivo estar vetando e acabar prejudicando uma negociação, e não sabia se o Sr. Presidente tinha conversado com o Prefeito em relação àquela emenda, que faria aquela emenda, por isso que ele gostaria de ouvir o Líder do Governo na Câmara em relação àquela emenda, também; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que, em respeito ao nobre Vereador Bozó, na verdade, aquele projeto veio para a Câmara, estavam em discussão, e que ele achava que era justo aquela emenda que o Presidente estava propondo, e que achava que a Câmara, também, tinha que ter sim, autonomia para dar sua opinião sobre vários assuntos, tentar interferir para mudar algumas coisas, e acreditava que essa era uma coisa que eles iriam colocar para o Prefeito, uma opinião da Câmara que iria ser colocado na lei e, com certeza, o Executivo iria examinar e iria respeitar a opinião da Câmara, e que achava que era importante eles estarem discutindo isso e acredita que essa emenda era uma emenda justa, justamente porque tentava do ponto de vista da economia, acreditava, de certa forma, fazer com que o Município economizasse nessa questão da conta que eles estavam negociando com a CPFL, e que achava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

uma emenda justa para eles estarem votando; agradeceu; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que pediu ao Sr. Presidente se ele podia ler o projeto e a emenda, pediu por favor; disse que no seu entendimento, disse aos Pares, que o que eles estavam alterando ali era o parágrafo único que era o parágrafo único da lei, e que a lei no parágrafo único, tinha um parágrafo único que falava assim: “Parágrafo único. O parcelamento poderá ser efetuado em até 12 (doze) vezes e o valor principal acrescido de juros de mora, multa e correção monetária.” Disse achar que, quem estava pedindo esse parcelamento era a Prefeitura, ou ela pagava a dívida toda, ou ela pedia um parcelamento; se ela na negociação conseguisse tirar os juros e multas, tudo bem, mas eles colocarem no projeto aquela questão, iria fechar a negociação, e acontecia, que a Prefeitura podia pagar a conta a qualquer momento lá, e que ela pegava a fatura dela e iria ao caixa e pagava a conta de cento e cinquenta mil cada conta, e eram quatro contas, e perguntou se a Cristina estava na ali, se estava ainda ali, e depois de verificar viu que ela já tinha ido embora; disse que o que a Prefeitura estava pedindo para eles era o seguinte: “eu posso pagar a conta em doze vezes?” e em cima disso a Companhia iria cobrar juros deles, e que era óbvio que se cobrasse juros, e que se eles colocassem no projeto que eles não iriam pagar juros, a Companhia não iria parcelar, era óbvio, a não ser que ela estivesse benevolente, aí ele iria fazer isso também, se ele tivesse conta atrasada, mas ele não tinha, iria pedir, mas ela não iria fazer isso, e se eles alterassem aquele parágrafo único, o Prefeito não teria poder de veto nele, ele não iria ter poder de veto, porque o Prefeito nesta matéria ele tinha o poder de veto, e se alguém pudesse ligar para o Prefeito, tirar a dúvida com a Cristina e tudo o mais, eles podiam resolver isso o quanto antes; diante de manifestação no Plenário, disse que a emenda era clara, alterava o parágrafo Único: “O valor principal do parcelamento poderá ser efetuado em até 12 (doze) vezes, sem a incidência de quaisquer juros de mora, multa e correção...” Disse que se o Prefeito vetasse a emenda, não tinha a emenda de poder pagar parcelado, e que era isso que ele queria que entendesse; perguntou aos nobres Pares se eles estavam entendendo, e disse que ela não tinha como fazer esse tipo de, não iria fazer o acordo e que era isso que ele estava querendo explicar a todos, e que seria ótimo se a Companhia não cobrasse juros e correção; o Prefeito talvez, acreditava, que tinha negociado até aquele momento, em abril, para que, realmente, ele pudesse pagar da melhor maneira possível e ele só estava pedindo aquela permissão a eles, Vereadores, se ele podia pagar até doze, e a Companhia iria fazer um acordo, e perguntou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

se tinham entendido; disse que daquela forma ele achava que eles iam prejudicar a negociação do Executivo, no seu modo de entender, e no seu modo de entender, não, estava escrito ali; disse que como era uma matéria orçamentária, eles podiam estar propondo ali uma emenda, perguntou; disse que achava que em aprovando aquela emenda, viabilizava o veto dele lá, porque se ele vetasse o parágrafo, o projeto não tinha parágrafo, perguntou se estavam entendendo; disse que era essa sua preocupação, agora, se o Prefeito queria assim, o que iria acontecer era que a Companhia podia cobrar essa energia numa única fatura, duas, três, quatro, ao invés de pagar em doze; disse que ele só gostaria de deixar claro isso a todos e pediu para que analisassem direitinho, e que sabia que tinha condições deles consultarem o Executivo para poder não cometer um equívoco e, às vezes, prejudicar uma negociação que, ele sabia estava vindo há muito tempo; a Companhia o procurou, o Executivo também o procurou para que eles pudessem fazer esse parcelamento, e que o seu voto era favorável ao parcelamento, mas não favorável à emenda, e que gostaria de encaminhar com os nobres Pares e aos nobres Colegas que analisassem esse pedido e que achava que se o Prefeito não fosse pagar juros, não pagasse, era livre arbítrio dele, mas iria cobrar fatura em quatro vezes, e os juros viriam como vinham em todas as contas quando se pagava com atraso, vinha nas próximas, e o que ele entendia ali era que seria feito um acordo, parcelada aquela dívida com juros e correções, fixou e pagou em doze vezes; disse que se a Cristina estivesse ainda na Casa, eles poderiam até tirar a dúvida, porque ela estava até havia pouco, para poder elucidar e ver se eles estavam fazendo da maneira mais correta, e que ele estava falando aquilo para ajudar, não queria prejudicar de forma alguma, ele sabia que mexia com recursos, sabia que a situação estava difícil, e eles estavam batendo, batendo nessa tecla de setenta e cinco milhões de dívidas e que na semana anterior tinha dito ali que tinha dívida até de dois mil e doze, e quem não quisesse, pegasse a Imprensa Oficial, estava escrito ali, tinha dívida da GROSS, tinha dívida da Basalto, que eram dívidas da outra legislação, e que se eles pegassem aquela dívida que eles herdaram de cinquenta e quatro milhões, e pagassem com juros de um por cento ao mês, passaria de setenta e cinco, mas ali tinha juros muito maiores, e que tinham valores que eram da outra legislatura; falou que dizia a todos o seguinte: eles tinham recursos a partir daquele ano, Jaguariúna não fez um trabalho maravilhoso, já aumentou sua Receita em vinte e cinco por cento, quem duvidasse, pegasse no site da Fazenda do Estado, só aqueles quatro primeiros meses subiu vinte milhões a arrecadação do Município, e que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

nenhuma cidade subiu tanto; disse, entre outras coisas, que recursos eles tinham até para pagar aquela conta à vista, tinham, e que era só pegar... e o balanço não chegou na Casa ainda, e que até o Presidente da Comissão de Orçamento, quem era perguntou, era o Sr. Silva, e disse que o balanço do Município ainda não chegou na Casa, porque ele era apresentado para eles saberem, e que ele estava falando isso só de recursos oriundos do Estado, a Receita própria do Município de impostos, inclusive no ano passado aumentaram o IPTU, e ele voltou favorável ao aumento do IPTU, e eles aumentaram ainda mais as Receitas, e que falava isso porque ele nunca votou contra a aumento de nenhum tributo, não, disse a todos, pelo amor de Deus, e sempre foi coerente naquilo que era o seu papel como Vereador, e que eles precisavam dar para poder cobrar, e que recurso tinha; falar que a dívida era herdada, era bom para quem fazia muito compromisso de campanha era fácil falar: “Nossa, minha dívida tá muito grande!”, mas o recurso estava aí, e que tinha que pegar os balanços e mostrar, mas era para entrarem nos site, para fazerem o comparativo do ano passado com esse, eram cinco milhões por mês, era dinheiro para chuchu, e repetiu, era dinheiro para chuchu, e o ano que viria iria aumentar mais ainda, e que recursos eles tinham, e que achava nada mais justo fazer um parcelamento, para poder equilibrar, saber o que iria pagar e receber, enfim; disse que fazia ali, voltando ao projeto de lei, que eles analisassem para não prejudicar e depois não falar que ele votaram, aprovaram uma emenda e cancelou uma negociação, daí iriam falar: “Está vendo, agora que não paga mesmo, porque não tem dinheiro para parcelar em doze vezes!” Agradeceu. A seguir, o Sr. Romilson Nascimento Silva pediu a palavra, novamente, e disse ao Vereador Fred que ele queria deixar claro ali, e que ele até o procurou no dia anterior e eles conversaram, eles falaram sobre o projeto, de estarem colocando naquele dia, e que também conversou com o representante da CPFL, e que ele não representava só a CPFL, ele representava a população inteira, envolvia gastos como ele tinha falado, pois estavam falando de uma dívida de setenta e cinco milhões, mas uma economia sempre era bem vinda, e que ele achava que aquele pagamento integral ali para a CPFL, ele achava que estava ótimo, e que ele não via necessidade de ser acrescido de juros e multas, e que era a sua opinião, cabia emenda, iria manter a emenda, e pediu mais uma vez o apoio aos Pares, e que já tinha conversado com todos, e disse ao Bozó que pedia desculpas, tinha conversado com o Fred, e achava que não deu tempo de repassar para todos, mas que ele falava em nome de todos, e que ele não podia só representar a CPFL, e que ele via os dois lados, e que achava que a Prefeitura tinha feito bem



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

propor a parceria, o parcelamento, mas ele achava desnecessário o acréscimo dos juros, e que achava que estava bom para a CPFL, voltava a falar, e pediu mais uma vez o apoio aos Pares para a aprovação da Emenda; a seguir, pediu mais uma vez a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que, diante de manifestação na assembleia, disse que era para isso que eles foram eleitos, para discutir, e quem estivesse incomodado, apontou a saída, dizendo que “a porta da rua é a serventia da casa”; a seguir, disse ao Sr. Presidente se ele estava falando que ele, Vereador Alfredo Chiavegato Neto, estava representando a Empresa, e pediu para que o mesmo esclarecesse, porque ele estava falando que ele estava representando a Empresa, e ele, Fred, estava falando de uma questão jurídica, ele não estava representando a Empresa Jaguari de Energia, ali, ele estava discutindo um fato; disse que se a Prefeitura não conseguisse concluir essa negociação se eles aprovassem a emenda, perguntou ao Sr. Presidente o que ele faria? O Sr. Presidente disse ao Fred que eram poderes paralelos e que eles não podiam deixar de representar, que eles eram poderes diferentes, eram o Legislativo, iria parar de representar? Disse que não estava entendendo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse ao Sr. Presidente que queria uma solução, que ele não estava entendendo e o que ele queria conversar com ele, era o seguinte: se a Prefeitura, através da emenda dele, não conseguisse concluir a negociação em doze vezes; o Sr. Presidente disse que cabia veto do Prefeito; e o Sr. Alfredo disse que não cabia veto, cabia veto, mas, aí não tinha como parcelar em doze vezes, com juros e correção; o Sr. Presidente perguntou ao Vereador se ele achava que estava bom os juros, que achava que tinha que pagar juros... o Sr. Alfredo disse que ele não achava isso, que era o Prefeito que tinha que achar, e perguntou ao Presidente se ele sabia quais eram os juros; o Sr. Presidente disse que não sabia e que por isso que era mais um risco; o Sr. Alfredo perguntou se o Presidente não confiava no Prefeito; o Sr. Presidente disse que não era questão de confiança, o Vereador não estava entendendo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse tudo bem, e perguntou e se a Prefeitura não conseguisse negociar isso em doze vezes, o que o Sr. Presidente faria? Estava autorizado a pagar em quatro? Ele achava mais viável isso? E que se ele falasse que estava bom, que podia pagar em quatro, achava viável, era Presidente da Câmara, tinha essa autonomia; o Sr. Presidente disse que o certo era nem ter essa dívida, e que não sabia quem tinha feito, quem tinha deixado aquela dívida, que nem era para ter; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o que o Sr. Presidente estava induzindo ali era que ele estava defendendo a Empresa e que ele queria embutir os juros nessa negociação e, pelo amor de Deus, ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava deixando bem claro para a Administração ficar livre para negociar como bem ela entendesse, não estava defendendo empresa nenhuma, ali não; o Sr. Presidente disse ao Vereador que em nenhum momento ele disse que ele estava defendendo a empresa, e que não tinha falado; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que ele falou, não falou dele, mas dava a entender que se ele falou que ele, Presidente, não estava defendendo a empresa e que ele, Fred, estava, e que era isso que ele queria deixar claro, ele não estava representando a Empresa; disse que a Empresa o procurou, lhe perguntando se o Projeto já tinha sido encaminhado a Casa, que falou que até então, não tinha, e que o Projeto só tinha entrado naquele dia, estava na semana anterior na Casa, mas não foi lido em sessão, e só entrou naquele dia para ser lido em sessão, e que era isso que ele queria deixar claro, e que o Sr. Presidente fez uma emenda, justa a emenda, mas ele estava só alertando que podia prejudicar o projeto, e que era isso, e agradeceu, e ele não estava defendendo a Empresa, ele gostaria que ele entendesse isso; o Sr. Presidente disse que queria deixar bem claro ao Vereador Fred que, em nenhum momento, ele falou que o Vereador estava defendendo a Empresa, e que ele falou que ele, Romilson, não defendia a empresa e defendia a população, tanto que ele ouviu a empresa, consultou mais alguns Vereadores, e, principalmente, o respeito deles com a população, que era a maior preocupação, disse ao Fred, e isso tinha que deixar claro. A seguir, em votação a Emenda foi a mesma aprovada por 07 (sete) votos favoráveis, sendo 05 (cinco) contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, José Muniz e Luiz Carlos de Campos. A seguir, foi apreciado o Projeto de Lei nº 021/2017, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para firmar parcelamento de débitos junto à Companhia Jaguari de Energia; em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura dos seguintes Editais de Convocação: “Edital de Convocação Nº 003/2017. De Sessão Extraordinária. O Vereador Romilson Nascimento Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 9ª (nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Primeira Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar Nº 002/2017 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 279/2016, que dispõe sobre o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão; 2. Projeto de Lei Complementar Nº 003/2017, do Executivo Municipal, que substitui os anexos que especifica da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 9ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 18 de abril de 2017 - Vereador Romilson Nascimento Silva – Presidente - Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral”; “Edital de Convocação Nº 004/2017. De Sessão Extraordinária. O Vereador Romilson Nascimento Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da Sessão Extraordinária convocada para o término da 9ª (nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar Nº 002/2017 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 279/2016, que dispõe sobre o salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão; 2. Projeto de Lei Complementar Nº 003/2017, do Executivo Municipal, que substitui os anexos que especifica da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 9ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 18 de abril de 2017. Vereador Romilson Nascimento Silva - Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral”.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomariam a palavra os Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos, José Muniz, Ângelo Roberto Torres e Cristiano José Cecon, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves, que cumprimentou a todos, e pediu desculpas à senhora Cris, por ela não ter ido no café daquele dia, e parabenizou a senhora Cris, falando que ela estava fazendo um excelente trabalho com as crianças, como Secretária de Educação, e comentou que ela foi na “Escola Amiga” e amou; parabenizou mais uma vez; disse, ainda, que o negócio dela era sobre os buracos e como o David falou, a cidade estava esburacada e ela queria comunicar que conversou com o Wanderlei, diretor de Obras, e que dia vinte e cinco do quatro ia sair um pregão para duas mil toneladas, era um pregão que eles iam usar em consignação e que todo mundo estava reclamando, estava vindo em cima dela, era Presidente da Comissão de Obras, tinha de ficar em cima, tinha de bater, tinha de correr atrás mesmo, foi para isso que ela foi eleita como Vereadora, e ela acordava de manhã com buraco no whatsapp, ela andava a cidade inteira, pelos quatro cantos da cidade, enchia o saco do Wanderlei, ele não aguentava mais, ela estava correndo atrás, estava fazendo o que tinha de ser feito, estava fiscalizando, e era aquilo, dia vinte e cinco do quatro sairia o pregão para duas mil toneladas e ia ficar dois caminhões nas ruas todos os dias, até eles amenizarem aquela situação do buraco da cidade; eram dezessete toneladas cada caminhão para tapar os buracos em regime de urgência, levando em consideração o contratempo e a chuva, que aquilo os atrapalhava muito na operação tapa buracos; disse que muita gente ia perguntar para ela sobre a estrada do Japonês, porque foi tapado, porque pararam, porque impediram o transporte do pessoal de lá; comentou que eles estavam com uma verba de quinhentos mil para começar a mexer naquela estrada e era uma estrada perigosa, ela foi direto com a Secretaria da Educação pedir para a Cris tirar o transporte de lá, porque as mães foram até ela pedindo pelo amor de Deus porque estavam com medo das crianças caírem na vala; agradeceu à Cris pelo que ela fez, e continuou falando que o pessoal de Obras, o Wanderlei ia começar a mexer lá, o pessoal, o Laércio, e disse que, primeiro, eles estavam preparando a tubulação de águas fluviais para depois começarem a asfaltar, mas ia levar um tempinho, e ela queria dizer para todos que dia primeiro ela achava que começava a operação tapa buracos de novo, porque ela não aguentava mais cair em buracos; agradeceu novamente a todos. Terminada



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dois de maio de dois mil e dezessete, terça-feira, com início determinado para às dezoito e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereador Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

